

Banco Ourinvest S.A.

**Demonstrações
contábeis consolidadas -
Conglomerado Prudencial em
30 de junho de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos
Diretores e aos Acionistas do
Banco Ourinvest S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Ourinvest S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na Nota Explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Ourinvest S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as



demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco Ourinvest S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Ourinvest S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 29 de agosto de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de setembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Banco Ourinvest S.A.

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2017 e 2016*Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado*

Ativo	Nota		2017	2016	Passivo	Nota		2017	2016
	Explicativa					Explicativa			
Circulante			822.321	648.368	Circulante			495.721	414.031
Disponibilidades	5a		198.358	229.713	Depósitos	14a		110.087	131.668
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5b/6		172.918	76.209	Depósitos à Vista			-	-
Aplicações em Operações Compromissadas			172.918	76.209	Depósitos Interfinanceiros			-	1.013
Tít. e Valrs.Mobiliários e Instrum.Fin.Derivativos			153.104	106.117	Depósitos a Prazo			110.087	130.655
Carteira Própria	7a		46.220	57.466	Obrigações por Operações Compromissadas	15		6.424	3.911
Instrumentos Financeiros Derivativos	7a/c		908	4.461	Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imob. e Similares	16		74.543	50.946
Vinculados a Operações Compromissadas	7a/15		3.182	2.113	Relações Interdependenciais - Ordens de pagamento	17		35.468	2.509
Vinculados a Prestação de Garantias	7a		102.794	42.077	Obrigações por empréstimos e repasses	18		5.046	22.538
Operações de Crédito			37.522	21.198	Instrumentos Financeiros Derivativos	7c		1.283	4.567
Setor Privado	8a		42.317	25.743	Outras Obrigações			262.870	197.892
(-) Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa	8d		(4.795)	(4.545)	Cobrança e Arrec.Tribut.e Assemelhados			542	216
Outros Créditos			258.302	212.817	Carteira de Câmbio	9b		42.830	16.684
Carteira de Câmbio	9a/b		43.580	15.257	Sociais e Estatutárias	19a		70	1.523
Rendas a Receber	9a		1.783	1.448	Fiscais e Previdenciárias	19b		20.400	9.203
Negociação e Intermediação de Valores	9a		13.364	15.149	Negociação e Intermediação de Valores	19c		57.827	52.609
Títulos e créditos a receber	8a		188.632	163.831	Diversos			141.201	117.657
(-) Outros Créditos em Liquidação Duvidosa	8d		(228)	(303)	Exigível a Longo Prazo			172.351	111.666
Crédito tributário	9c		4.408	7.524	Depósitos	14a		157.581	111.666
Diversos	9a		6.763	9.911	Depósitos a Prazo			157.581	111.666
Outros Valores e Bens	10a		2.117	2.314	Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imob. e Similares			14.770	-
Despesas Antecipadas			2.117	2.314	Patrimônio Líquido	21		170.496	134.000
Realizável a Longo Prazo			13.297	6.843	Capital Social			170.496	134.000
Títulos e valores mobiliários			6.665	3.956	De Domiciliados no País			44.000	44.000
Carteira própria	7a		3.653	2.170	Reserva de Lucros			46.032	15.268
Vinculados a Operações Compromissadas	7a/15		3.012	1.786	Participação de não Controladores			80.464	74.732
Operações de Crédito			5.921	2.176					
Setor Privado	8a		7.701	2.176					
(-) Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa	8d		(1.780)	-					
Outros Créditos			711	711					
Crédito tributário	9c		711	711					
Permanente			2.950	4.486					
Investimentos			209	1.248					
Participações em Coligadas e Controladas	11a		-	1.052					
Outros Investimentos	11b		212	218					
(-) Provisões para Perdas	11b		(3)	(22)					
Imobilizado de Uso	12		1.575	1.605					
Outras Imobilizações de Uso			5.534	5.044					
(-) Depreciações Acumuladas			(3.959)	(3.439)					
Intangível	13		1.166	1.633					
Outros Ativos Intangíveis			4.901	4.651					
(-) Amortizações Acumuladas			(3.735)	(3.018)					
Total			838.568	659.697	Total			838.568	659.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Ourinvest S.A.

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Demonstração do resultado**Exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016***Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado*

	Nota Explicativa	2017	2016
Receitas das Intermediações Financeiras		<u>118.147</u>	<u>94.523</u>
Operações de Crédito	8e	27.464	29.645
Resultado de Operações de Câmbio	9b	65.038	(8.862)
Resultado de Operação com Títulos e Valores Mobiliários	7b	27.515	29.334
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7c1	(1.870)	44.406
Despesas das Intermediações Financeiras		<u>(27.718)</u>	<u>(25.345)</u>
Operações de Captação no Mercado	14b	(21.139)	(21.005)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	18b/19d	(3.116)	(1.447)
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.463)	(2.893)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>90.429</u>	<u>69.178</u>
Outras Despesas/Receitas Operacionais		<u>(71.928)</u>	<u>(59.032)</u>
Receitas de Prestação de Serviços	23	18.959	13.476
Despesas de Pessoal	24	(39.173)	(29.979)
Outras Despesas Administrativas	25	(41.688)	(34.107)
Despesas Tributárias	26	(9.330)	(6.736)
Resultado de Participações Societárias		559	-
Outras Receitas Operacionais	27	63	2.441
Outras Despesas Operacionais	28	(1.318)	(4.127)
Resultado Operacional		<u>18.501</u>	<u>10.146</u>
Resultado Não Operacional	26	<u>(760)</u>	<u>(242)</u>
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação		<u>17.741</u>	<u>9.904</u>
Impostos e Contribuições	21	<u>(8.938)</u>	<u>(3.190)</u>
Imposto de Renda		(4.956)	(1.811)
Contribuição Social		(3.982)	(1.379)
Participações no lucro		(828)	(199)
Participação estatutárias no Lucro		<u>(828)</u>	<u>(199)</u>
Lucro líquido do semestre		<u>7.975</u>	<u>6.515</u>
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(2.700)	-
Atribuível ao acionista controlador		6.729	6.142
Atribuível ao acionista não controlador		(1.454)	373
Nº de Ações	22a	6.824.602	6.824.602
Lucro do semestre por ação - em R\$		1,17	0,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Ourinvest S.A.

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Capita Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total PL Acionistas Controladores	Participação de não Controladores	Patrimônio Líquido
			Legal	Outras				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	44.000	-	5.233	24.796	-	74.029	62.666	136.695
Lucro do semestre - controlador	-	-	-	-	9.429	9.429	-	9.429
Lucro do semestre - não controlador	-	-	-	-	-	-	(1.454)	(1.454)
Transferência de controlador para não controlad	-	-	-	-	-	-	8.176	8.176
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	12.161	12.161
Destinação das reservas de lucros:								
- Reserva legal	-	-	471	-	(471)	-	-	-
- Reserva especial de lucros	-	-	-	6.258	(6.258)	-	325	325
- Dividendos não distribuídos	-	-	-	9.274	-	9.274	260	9.534
- Provisão dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(1.670)	(1.670)
- Remuneração de Capital	-	-	-	-	(2.700)	(2.700)	-	(2.700)
Saldos em 30 de junho de 2017	44.000	-	5.704	40.328	-	90.032	80.464	170.496
Saldos em 31 de dezembro de 2015	44.000	-	3.281	6.130	-	53.411	73.507	126.918
Lucro do semestre - controlador	-	-	-	-	6.142	6.142	-	6.142
Lucro do semestre - não controlador	-	-	-	-	-	-	373	373
Destinação das reservas de lucros:								
- Reserva legal	-	-	307	-	(307)	-	832	832
- Reserva especial de lucros	-	-	-	4.376	(4.376)	-	-	-
- Dividendos não distribuídos	-	-	-	1.174	-	1.174	84	1.258
- Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1.459)	(1.459)	(64)	(1.523)
Saldos em 30 de junho de 2016	44.000	-	3.588	11.680	-	59.268	74.732	134.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Ourinvest S.A.

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	2017	2016
Atividades operacionais			
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		17.741	9.904
Ajustes ao Lucro Líquido		(13.705)	(6.711)
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		3.463	2.893
Imposto de Renda e Contribuição Social		(8.938)	(3.190)
Depreciações e Amortizações		644	634
Provisão para Passivos Contingentes		468	11
Reversão de Provisões		(32)	(21)
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários		(8.482)	(6.839)
Participações Estatutárias no Lucro		(828)	(199)
Varição em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição		25.540	98.711
Títs. e Valrs.Mobiliários e Instrum.Fin.Derivativos		19.981	52.265
Operações de Crédito		(7.503)	(13.379)
Outros Créditos		21.079	59.712
Outros Valores e Bens		(1.142)	113
Margem requerida / Compras não recebidas		(6.875)	-
Varição em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)		(74.356)	(43.276)
Depósitos		10.566	23.441
Obrigações por Operações Compromissadas		2.878	1.722
Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imob. e Similares		(30.256)	25.239
Relações Interdependências		(43.017)	971
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(40.585)	(15.861)
Instrumentos Financeiros e Derivativos		13	3.098
Outras Obrigações		26.045	(81.886)
Varição em Resultados de Exercícios Futuros - Aumento / (Diminuição)		(2)	(2)
Caixa Proveniente / Aplicado das Atividades Operacionais - Aumento / (Diminuição)		(44.782)	58.626
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Investimentos		1.026	(68)
Imobilizado de Uso		(216)	(233)
Intangível		(119)	(205)
Caixa Proveniente / Aplicado nas Atividades de Investimento - (Aumento) / Diminuição		691	(506)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Transferência de controlador para não controlador		8.176	-
Distribuição de Dividendos		(1.670)	-
Aumento de Capital		12.161	-
Remuneração de Capital		(2.700)	-
Reserva Legal		325	567
Caixa Proveniente / Aplicado nas Atividades de Financiamento - Aumento / (Diminuição)		16.292	567
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		(27.799)	58.687
Modificações na posição financeira Caixa e Equivalentes de Caixa			
No início do semestre		392.200	247.235
No fim do semestre	5b	364.401	305.922
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		(27.799)	58.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Conglomerado Prudencial Ourinvest é formado por: Banco Ourinvest S.A., Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Supliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. e Supliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A., conforme quadro descritivo, com os respectivos percentuais de participação abaixo:

Conglomerado Prudencial Ourinvest	2017		2016	
Empresas	(%) Percentual de Controle	Controle	(%) Percentual de Controle	Controle
Banco Ourinvest S.A. ⁽¹⁾	100,00%	Sim	100,00%	Sim
Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ⁽²⁾	100,00%	Não	50,00%	Sim
Supliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. ⁽³⁾	100,00%	Não	100,00%	Não
Supplier Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽⁴⁾	100,00%	Não	100,00%	Não

⁽¹⁾ O Banco Ourinvest S.A. (“Banco”) mantém suas operações na forma de Banco Múltiplo, autorizado a funcionar perante o Banco Central do Brasil (Bacen), domiciliado na Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 1º, 2º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP e desenvolve suas operações através das carteiras de: (i) Investimento, (ii) Câmbio e (iii) Crédito e Financiamento, e atua também no mercado de administração de Fundos de Investimentos Imobiliários.

⁽²⁾ Em 25 de março de 2013, o Banco adquiriu o controle acionário da Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“DTVM”), sendo tal operação aprovada pelo Banco Central do Brasil em 8 de novembro de 2013. Em 1º de outubro de 2015, o Banco deixou de prestar os serviços de distribuição e de intermediação de títulos e valores mobiliários para clientes, os quais passaram a ser realizados exclusivamente pela DTVM (controlada). Como resultado dessa transferência de atividades, a DTVM passou a atuar na intermediação e na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado primário e secundário, encarregando-se da custódia de títulos e valores mobiliários de seus clientes, funções executadas anteriormente pelo Banco.

Conforme Instrumento de venda e de compra e de permuta de ações e outras avenças de 26 de junho de 2017, o Banco vendeu a totalidade de suas ações 5.000.197, da Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; para os acionistas diretos, por deterem ações preferencias da companhia, bem como acionistas indiretos, por defenderem participação do Banco, ora vendedor, por meio do investimento que detém na sociedade Ourinvest Participações S.A. (“Holding Ourinvest”), acionista titular de 100% do capital social do vendedor.

⁽³⁾ A Supliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, controlada pela Supplier Participações S.A., constituída em 28 de maio de 2014, tendo por objeto social principal atuar como emissora de administradora de cartão de crédito e de outros tipos ou modalidades, além da prática de atividades correlativas, inclusive em regime de consórcio, entre estas atividades, inclui a emissão de títulos de crédito e rotineiramente sua

cessão. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua matriz está localizada na Av. Paulista, 1.728, em São Paulo.

⁽⁴⁾ Em agosto de 2007, a Supplercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. adquiriu o controle da Supplier Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”), é uma sociedade por ações que tem como objeto social principal atuar como companhia securitizadora de créditos financeiros oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e arrendamento mercantil, contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais e investimento, e sociedade de arrendamento mercantil na forma da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686 de 26 de janeiro de 2000 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la. A Companhia está domiciliada no Brasil e localizada na Av. Paulista, 1.728, em São Paulo.

2 Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

O Banco Central do Brasil, através dos Ofícios nºs 6059/2016 e 19.936/2016, determinou a inclusão das empresas Supplercard Administradora de Cartões de Crédito e Supplier Companhia Securitizadora de Créditos na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Banco.

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, da Lei das Sociedades por Ações, e consolidadas conforme previsto nos normativos do Bacen, Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, e Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014.

As demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial foram aprovadas em 28 de agosto de 2017.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações contábeis primárias das entidades, localizadas no País, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, seguindo os seguintes critérios:

- Correspondentes à mesma data-base.
- Aplicadas às mesmas classificações, critérios, procedimentos e políticas contábeis utilizadas pela instituição líder.
- Os ajustes estejam sujeitos às mesmas normas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
- Nos negócios realizados entre instituições integrantes do conglomerado prudencial, procedemos à eliminação:
 - Dos saldos de quaisquer contas, representados no ativo de uma entidade, contra os respectivos saldos representados nos demonstrativos da outra.
 - De resultados não realizados que estejam incluídos no ativo de uma entidade, contra o respectivo resultado do exercício ou patrimônio líquido da outra.

- Nas participações societárias, diretas ou indiretas, entre as empresas integrantes do Conglomerado Prudencial, devem ser observados os seguintes procedimentos:
 - Eliminamos o valor do investimento de uma entidade contra a correspondente participação no patrimônio líquido da outra.
 - Apresentamos a parcela correspondente ao ágio que não for absorvida na consolidação em conta específica, devendo ser evidenciada.
 - Apresentar as participações de não controladores de forma destacada, nas demonstrações contábeis consolidadas.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Conglomerado revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

c. Caixa e equivalente de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa, correspondem aos saldos de disponibilidades aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, com conversibilidade imediata e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias e baixa probabilidade de alteração do seu valor nominal atualizado.

d. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

e. Ativos circulante e realizável a longo prazo

- ***Aplicações interfinanceiras de liquidez***

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- ***Títulos e valores mobiliários***

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliações contábeis:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados ao resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

f. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, com a finalidade de proteção contra riscos (*hedge*). Os ajustes são contabilizados e tributados por competência.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Bacen, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores.

As operações de nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando são então baixadas contra perda com operações de crédito, e sua provisão é revertida contra sua despesa, e controlada por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8d.

h. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08, a venda ou a transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- (i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional de ativo financeiro; (ii) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; (iii) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.
- (ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (iv) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.
- (iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou à retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

i. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias (em base *pro rata*) e cambiais auferidas e as provisões para perdas, quando aplicável.

j. Permanente

- (i) **Investimentos** - O investimento em empresa controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.
- (ii) As ações da CETIP Educacional foram avaliadas pelo valor de mercado na data da desmutualização, as ações da ANBIMA estão avaliadas pelo custo de aquisição, as ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão foram atualizadas pelo boletim diário de informações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão do último dia útil do semestre. Os incentivos fiscais e outros investimentos

estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda de acordo com o valor recuperável, quando aplicável.

- (iii) **Imobilizado** - O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.
- (iv) **Intangível** - São registrados ao custo de aquisição e gastos com desenvolvimento de *softwares* e são amortizados às taxas de 20% ao ano, que consideram a vida útil-econômica desses ativos intangíveis.
- (v) **Redução ao valor recuperável (*impairment*)** - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. O Banco testa o valor recuperável dos ativos no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

k. Passivos circulantes e exigível a longo prazo

- ***Depósitos***
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.
- ***Empréstimos e repasses no exterior***
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de taxa prefixada, *libor* e variações cambiais incorridas até a data dos balanços.
- ***Empréstimo de ouro***
São demonstrados pelos valores de custo, acrescidos do aluguel e da variação da cotação do ouro incorridas até as datas dos balanços.
- ***Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo***
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos. A viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível são apenas divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados sobre o lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões, às alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por ano para imposto de renda e 15%, sobre o lucro tributável para contribuição social. Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras gerados a partir de 1º de setembro de 2015, de 15% para 20% (vide Nota Explicativa nº 21). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados com base na aplicação das alíquotas vigentes para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

4 Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura do Comitê de Risco do Conglomerado é apoiada pelas diversas Políticas Corporativas avaliadas e aprovadas pela Alta Administração.

Os papéis e responsabilidades de cada participante e as definições de segregação de função e conflito de interesse encontram-se descritos nos documentos internos, sendo sua execução apoiada pela estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de riscos financeiros (operacional, crédito, liquidez e mercado) do Banco estão no *site* <http://www.ourinvest.com.br/pt/portifolio/empresas/documentos>. A área de Controles de Riscos tem como atividades principais:

- Identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição aos riscos no âmbito de portfólio, preparando informações a ser submetidas à Diretoria responsável pelo risco.
- Documentar, divulgar e disponibilizar as metodologias, os modelos e as ferramentas que proporcionem a efetividade na gestão dos riscos, em conformidade com as melhores práticas, em documentos internos do Banco.
- Disponibilizar à Diretoria responsável pelo risco informações relacionadas à carteira que possam expor o Conglomerado às perdas de qualquer natureza citada (liquidez, operacional, mercado e/ou crédito), seu impacto resultante, assim como suprir, tempestivamente, com informações precisas, rápidas, seguras e relevantes sobre os riscos potenciais.
- Avaliar perspectivas macroeconômicas, mudanças em mercado e produtos e efeitos de concentração setorial e geográfica, entre outros.

- Realizar testes de estresse da carteira, de forma a subsidiar a revisão das políticas e limites operacionais.
- Realizar *backtest*.
- Apurar a alocação de capital com o intuito de atender ao Acordo de Basileia.
- Interagir com as demais áreas e com o mercado, no sentido de obter subsídios que possam contribuir com a segurança, a rentabilidade e a liquidez das operações.
- Atuar de forma a consolidar a cultura das melhores práticas da Gestão de Controle de Riscos.

Controles de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Banco. A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

- I. Risco operacional** - É a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado. A gestão e controle dos riscos operacionais buscam a eficácia do sistema de Controles Internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas.

O gerenciamento do Risco Operacional é considerado hoje um dos principais instrumentos de gestão do Banco no que tange à mitigação dos riscos a que o Banco está exposto.

O Banco implementou uma estrutura de gerenciamento de risco operacional em integral atendimento à regulamentação vigente. Essa estrutura encontra-se formalizada no documento Política de Risco Operacional, que define a metodologia e o processo de gestão. A área de Risco Operacional é a responsável por atuar com as demais áreas a fim de assegurar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na política em questão. É uma unidade organizacional independente, segregada da Auditoria Interna, sob responsabilidade do gerente de controles internos e subordinada à Diretoria Administrativa do Banco.

A área de Controle de Riscos é responsável pela parte quantitativa do risco operacional e a área de Controles Internos é a responsável pela parte qualitativa. Com aprovação da Administração, as políticas e procedimentos voltados para o gerenciamento de risco operacional preveem a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação deste risco, o que permite a correção contínua das eventuais deficiências de controle e o estabelecimento de papéis de responsabilidades. A título de informação, utilizamos o modelo básico de alocação de capital (BIA).

O Banco possui um plano de contingência que contém estratégias a ser adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes de paradas, ou qualquer tipo de incidentes em nossos sistemas eletrônicos de processamento, controle, arquivos e de comunicação.

- II. Risco de crédito** - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. O gerenciamento de risco estabelece a estrutura de alçadas para aprovação e renovação de linhas

de áreas geográficas e setores industriais, e por emissores, faixas de classificação de crédito e executa procedimentos para recuperação de créditos.

No gerenciamento do Risco do Crédito, o Banco estabelece uma estrutura de alçadas para aprovação e renovação de linhas de Crédito, revisa e avalia o risco de Crédito, limita concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores industriais, e por emissores, faixas de classificação de crédito, executa procedimentos para recuperação de créditos. Todas as operações de crédito são aprovadas pela Diretoria do Banco e temos como política não possuir alçadas para exposição a qualquer tipo de risco, com exceção ao produto Cartão de Crédito que tem política própria e também tem a aprovação da Diretoria.

As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através das seguintes garantias: seguros, garantias do emissor, papéis de outras instituições desde que aprovada pelo comitê de crédito, avais etc. A avaliação da eficiência desses instrumentos é considerada o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte, o garantidor etc., entendendo a Administração que o montante é suficiente para cobrir eventuais perdas significativas.

- III. Risco de liquidez** - É a eventual dificuldade em honrar suas obrigações financeiras, em razão dos descasamentos dos fluxos financeiros de ativos e passivos, no gerenciamento de risco o fluxo de caixa é elaborado pela área de risco para monitorar a posição financeira atual do banco. Diariamente, são efetuados testes regulares de estresse com uma variedade de cenários nas condições normais e mais severas do mercado.
- IV. Risco de Mercado** - É a exposição em fatores de riscos tais como de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

No gerenciamento de risco é controlada a exposição das carteiras e realização de testes de estresses. As operações são divididas em: Trading Book, realizadas com intenção de negociação (carteira de negociação); Banking Book, são as disponíveis para venda ou mantidas até a data do vencimento (carteira de não negociação):

- **Trading Book** - Refere-se às disponibilidades em moedas estrangeiras, cotas de fundos de investimentos, títulos públicos e títulos privados.
- **Banking Book** - Refere-se às operações de crédito e captações.
- **Derivativos** - O Banco utiliza o instrumento de derivativos como instrumento de *hedge*, os derivativos utilizados são no mercado local e externo. É efetuada a marcação a mercado diariamente.

Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento de utilização de limites previamente definidos pelo comitê de Passivos e Ativos (COPA), do valor em risco das carteiras, das sensibilidades as oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, entre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco nos diversos mercados onde atua. Para atendimento ao requerido na Resolução nº 3.464/07 do Banco Central

do Brasil, foi implementado no Banco uma estrutura específica para o gerenciamento do Risco de Mercado de suas operações.

A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de Value at Risk (VaR) efetuados através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de *stress* em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. As informações para elaboração das curvas de mercado são obtidas através da tabela de taxas médias divulgada diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com a Resolução nº 3.490 do Bacen de 29 de agosto de 2007.

Gerenciamento de capital

O Bacen divulgou a Resolução CMN nº 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Os objetivos do Banco são de salvaguardar a capacidade de continuidade do Banco para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter a estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O relatório de gerenciamento de risco completo, que não faz parte das demonstrações contábeis, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital, está no *site* do Banco: <http://www.ourinvest.com.br/pt/portifolio/empresas/documentos>.

5 Caixa e equivalentes de caixa

a. Disponibilidades

	2017	2016
Moeda nacional	2.016	303
Aplicações em ouro	14.290	28.563
Depósito no exterior em M/E - Conta movimento	13.732	25.062
Depósito no exterior em M/E - Conta margem ⁽¹⁾	1.853	-
Disponibilidade em moeda estrangeira	166.467	175.785
Total	<u>198.358</u>	<u>229.713</u>

⁽¹⁾ O saldo correspondente a depósito no exterior em M/E - conta margem está vinculado às operações com instrumentos financeiros e derivativos, e não será constituído como disponibilidade e equivalentes de caixa, conforme Nota Explicativa nº 5b.

b. Equivalentes de caixa

	2017	2016
Disponibilidades	198.358	229.713
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	172.918	76.209
Aplicações em Ouro - Compras não Recebidas	(5.022)	-
Depósito no exterior em M/E - Conta margem	(1.853)	-
Total	364.401	305.922

⁽¹⁾ As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão classificadas como equivalentes de caixa por possuírem conversibilidade imediata, prazo original igual ou inferior a 90 dias e baixa probabilidade de alteração do seu valor nominal atualizado.

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Vencimentos

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e estão assim representadas:

					2017	2016
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Rendas a apropriar	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas - Posição Bancada						
Letra Financeira do Tesouro	-	-	107.537	(41)	107.496	63.801
Letra Tesouro Nacional	-	-	27.310	(10)	27.300	-
Debêntures	10.404	-	-	-	10.404	12.408
 Aplicações em moedas estrangeiras						
Aplicação em Dólar - USD	-	-	27.718	-	27.718	-
Total	10.404	-	162.565	(51)	172.918	76.209

As aplicações interfinanceiras de liquidez são representadas por compromissos de revenda de títulos e estão lastreados por LTN - Vencimento: 1º de setembro de 2022 - 9,80% a.a. e 10,05% a.a. / NTN-B - Vencimento: 15 de maio de 2045 - 9,95% a.a. (2016 - LTN - Vencimento: 1º de abril de 2018 - 13,75% a.a. / NTN-B - Vencimento 15 de agosto de 2018 - 13,95% a.a.). As aplicações em debêntures/compromissadas - Vencimento: 31 de julho de 2017.

7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

a. Diversificação por prazo de vencimento e valor de mercado - TVM

	2017					Valor de custo corrigido	Ajuste	
	Valor contábil				Total			Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses				
Carteira própria								
Títulos para negociação								
Certificado de depósito bancário - pós	14,248	75	760	633	15,716	15,758	(42)	
Certificado de depósito bancário - pré	-	225	8	36	269	229	40	
Letras de câmbio - pós	-	198	359	471	1,028	1,083	(55)	
Letras de câmbio - pré	-	708	230	141	1,079	1,116	(37)	
Letras de crédito do agronegócio - Pós	-	956	262	1,075	2,293	2,275	18	
Letras de Crédito Imobiliário - Pós	-	1,422	572	1,297	3,291	3,388	(97)	
Certificado em oper. estruturadas	-	2	-	-	2	4	(2)	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	18,925	-	18,925	18,938	(13)	
Cotas de Fundos em Direitos Creditórios	6,798	-	-	-	6,798	6,798	-	
Cotas de Fundos em Participações	472	-	-	-	472	496	(24)	
	21,518	3,586	21,116	3,653	49,873	50,085	(212)	
Vinculados a operações compromissadas								
Títulos para negociação								
Certificado de depósito bancário - pós	-	-	-	1,811	1,811	2,023	(213)	
Letras de câmbio - pós	-	-	-	761	761	801	(40)	
Letras de crédito do agronegócio - Pós	-	109	-	441	550	543	7	
Letras de Crédito Imobiliário - Pós	-	1,712	1,360	-	3,072	3,058	14	
	-	1,821	1,360	3,013	6,194	6,425	(232)	
Instrumentos financeiros e derivativos								
Mercado de termo a receber	48	-	66	-	114	114	-	
Compras de opções de compras - COE	-	794	-	-	794	726	68	
	48	794	66	-	908	840	68	
Vinculados à prestação de garantias								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	102,794	-	102,794	102,872	(78)	
	-	-	102,794	-	102,794	102,872	(78)	
Total:	21,566	6,201	125,336	6,666	159,769	160,222	(454)	

Banco Ourinvest S.A.
*Demonstrações contábeis consolidadas –
 Conglomerado Prudencial em
 30 de junho de 2017 e 2016*

	2016					
	Valor contábil				Valor de custo corrigido	Ajuste
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Carteira própria						
Títulos para negociação						
Letras de câmbio - pós	-	33	76	224	333	354 (21)
Letras de câmbio - pré	-	267	8	64	339	360 (21)
Certificado de depósito bancário - pós	21.179	951	360	1.123	23.613	23.715 (102)
Letras de crédito do agronegócio	-	1.038	758	422	2.217	2.198 19
Letras de crédito imobiliário	-	312	1.057	333	1.702	1.697 5
Certif. em oper. estruturadas - cap.protegido	-	-	-	4	4	31 (27)
Cotas de Fundos em Direitos Creditórios	13.452	-	-	-	13.452	13.452 -
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	8.893	-	-	8.893	8.905 (12)
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliários	8.589	-	-	-	8.589	10.489 (1.900)
Cotas de Fundos em Participações	494	-	-	-	494	500 (6)
	43.714	11.493	2.259	2.170	59.636	61.701 (2.065)
Vinculados a operações compromissadas						
Títulos para negociação						
Letras de Crédito Imobiliário - Pós	-	-	1.202	598	1.801	1.789 12
Letras de Crédito do Agronegócio - Pós	-	98	571	548	1.217	1.204 13
Certificado de depósito bancário	-	-	-	97	97	102 (5)
Certificado de depósito bancário - Banco CDI	-	241	-	543	784	816 (32)
	-	340	1.773	1.786	3.899	3.911 (12)
Instrumentos financeiros e derivativos						
Mercado de termo a receber	-	2.469	701	-	3.170	3.170 -
Captação por Operações de COE	-	-	7	-	7	- 7
Compras de opções de compras - COE	-	749	84	-	833	346 487
Compras de opções de vendas - COE	-	432	19	-	451	451 -
	-	3.650	811	-	4.461	3.967 494
Vinculados à prestação de garantias						
Títulos para negociação						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	42.077	-	-	42.077	42.111 (34)
	-	42.077	-	-	42.077	42.111 (34)
Total:	43.714	57.560	4.843	3.956	110.073	111.690 (1.617)

Os títulos classificados na categoria títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular nº 3.068.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil, os títulos privados e as cotas de fundos em Direitos Creditórios na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e as cotas de fundo de investimento encontram-se custodiadas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Os títulos e valores mobiliários são ajustados a valor de mercado pelos parâmetros de cada título (vencimento/prazo/indexador/juros) do último dia útil antes da data do balanço, obtido pelo *site* da ANBIMA (taxa a termo), e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios são ajustadas a valor de mercado pelo preço de fechamento do último dia útil antes da data do balanço, fornecido pelo administrador/custodiante do Fundo.

As Letras Financeiras do Tesouro são ajustadas a valor de mercado calculado com base em preços divulgados pela ANBIMA.

As Letras de Crédito Imobiliários foram adquiridos com base na variação de 98,50% do Depósito Interfinanceiro (DI), de acordo com a característica de cada operação (2016 - 89,50% a 115,00%).

As cotas de fundos de investimento imobiliário/em direitos creditórios e em participação são ajustadas a valor de mercado pelo preço de fechamento do último dia útil antes da data do balanço, fornecido pelo administrador/custodiante do Fundo.

As Letras de Crédito do Agronegócio foram adquiridas com base na variação de 89,00% a 98,50% do DI, de acordo com a característica de cada operação (2016 - 88,00 a 98,50%).

Certificado em operações estruturadas que corresponde à parte de Renda Fixa - Capital Protegido, prefixada com variação de 14,99% (2016 - 15,81% a 16,17%).

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2017	2016
Rendas com aplicações interfinanceiras	6.184	5.734
Rendas com títulos de renda fixa	9.141	6.488
Resultado de títulos de renda fixa	7.191	7.912
Rendas de fundos de investimentos imobiliários	1.954	2.813
Aplicação em Ouro	3.269	5.553
Ajuste de marcação a mercado	(224)	834
Total	<u>27.515</u>	<u>29.334</u>

c. Posição das operações - Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo e opções, registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão, na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), na bolsa de Chicago Mercantile Exchange (CME) e Commodities Exchange (COMEX) envolvendo taxas de variação cambial ou índice de preços. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores de referências registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais.

Os contratos de Non-Deliverable Forward (NDF) representam os contratos a termo sem entrega física, os contratos a termo de NDF são negociados diretamente com banco, ou seja, no mercado de balcão. Sua mobilidade de contrato oferece ao Banco a determinação de valores, vencimento e flexibilidade aos recursos de caixa, para determinação dos preços de contratos utilizamos bases de cotações divulgados em mercados de bolsas + a taxa do câmbio à vista.

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos a termo e opções são registrados como receita ou despesas efetivas quando auferidos e representam seu valor de mercado.

As operações em instrumento financeiro e derivativos são representadas como parte integrante do *hedge* do Banco e estão assim apresentadas:

	2017		2016	
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Diferencial a receber	Diferencial a pagar
Ativo - Outros créditos				
Operações de Swap	48	-	-	3.161
Operações a termo - NDF	66	521	3.171	124
Compra de opções de ações	794	762	839	832
Venda de opções de ações			451	450
Total	908	1.283	4.461	4.567

c.1 Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2017	2016
Operações de Swap	(1.791)	(3.161)
Futuros	(1.598)	43.964
Operações a termo - NDF	2.203	3.350
Operações de opções	(684)	253
Total	(1.870)	44.406

8 Operações de crédito/títulos e créditos a receber

a. Composição das operações de crédito e derivados de crédito

	2017	2016
Operações de Crédito	50.018	27.919
Empréstimos e Títulos Descontados	43.565	23.364
Financiamentos Imobiliários	6.453	4.555
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	188.632	163.831
Total	238.650	191.750
Parcela a curto prazo	230.949	189.574
Parcela a longo prazo	7.701	2.176

- (1) Os títulos e créditos a receber são originados de transações de compras mercantis realizadas por meio de cartão de crédito, sem cobrança de encargos (Nota Explicativa nº 9a), e estão sendo apresentados para efeito desta nota, em conjunto com as operações de crédito.

b. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	2017	2016
Comércio	154.008	109.142
Habitação	6.524	199
Indústria	22.236	54.300
Intermediários Financeiros	3.103	2.945
Outros serviços	46.194	22.952
Pessoa Física	5.157	1.617
Rural	1.427	595
Total	<u>238.650</u>	<u>191.750</u>

c. Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

Faixas de vencimento	2017	2016
Créditos vencidos		
A partir de 15 dias	6.585	490
Créditos a vencer		
Até 3 meses	144.149	139.479
3 a 12 meses	80.215	49.605
1 a 3 anos	7.701	2.176
Total	<u>238.650</u>	<u>191.750</u>

d. Carteira de créditos/títulos a receber e da provisão para créditos de liquidação duvidosa distribuída pelos correspondentes níveis de risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de operações de crédito		Provisão requerida	
		2017	2016	2017	2016
AA	0%	176.253	115.650	-	-
A	0,50%	46.811	63.622	(234)	(318)
B	1%	5.015	6.206	(50)	(62)
C	3%	1.316	740	(39)	(22)
D	10%	413	580	(41)	(58)
E	30%	213	413	(64)	(124)
F	50%	4.273	381	(2.137)	(191)
G	70%	395	286	(277)	(200)
H	100%	3.961	3.872	(3.961)	(3.873)
Total		238.650	191.750	(6.803)	(4.848)

e. Resultado das operações de crédito

	2017	2016
Operações de crédito		
Rendas de empréstimos	2.294	1.413
Rendas de financiamentos – Interveniência	47	58
Rendas de financiamentos – Habitacional	431	475
Outras receitas e despesas operacionais		
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	222	477
Juros sobre atraso	84	31
Antecipação de recebíveis	350	1.123
Resultado de cessão de operações de crédito	24.036	26.068
Resultado com operações de crédito	27.464	29.645

f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016
Provisão p/ créditos em liquidação duvidosa		
Saldo no Início do exercício	(5.367)	(3.862)
Constituição de provisão	(3.574)	(5.906)
Reversão de provisão	2.083	2.696
Baixados para prejuízo	55	2.224
Total	<u>(6.803)</u>	<u>(4.848)</u>

g. Seguros dos títulos e créditos a receber

A representatividade das operações dos títulos e créditos a receber do grupo Suppliercard está assegurada de acordo com as vigências e limitações de cobertura demonstradas abaixo:

2017

APÓLICE	INÍCIO	FIM	% COBERTURA	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO	VENDAS PREVISTAS
CESCE AGRO	01/03/2017	28/02/2018	93%	30 VEZES	R\$100,000
CESCE PADRÃO	01/06/2017	31/05/2018	90%	30 VEZES	R\$500,000
EULER	01/10/2015	30/09/2017	90%	50 VEZES	R\$220,000
					RS\$820.000

2016

APÓLICE	INÍCIO	FIM	% COBERTURA	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO	VENDAS PREVISTAS
CESCE AGRO	01/03/2016	28/02/2017	93%	30 VEZES	R\$40.000
CESCE PADRÃO	01/06/2016	31/05/2017	90%	30 VEZES	R\$500.000
EULER	01/10/2015	30/09/2017	90%	50 VEZES	R\$220.000
					RS\$760.000

h. Garantias

A carteira do Banco no semestre de 2017 tem cerca de 90% (2016 - 84%) de seus créditos protegidos por seguros de crédito/garantia fidejussória, com seguradoras de primeira linha. As operações de crédito são derivadas exclusivamente de compras com notas fiscais, feitas em estabelecimentos previamente analisados e contratados.

9 Outros créditos

	2017	2016
Carteira de câmbio	43.580	15.257
Rendas a receber	1.783	1.448
Negociação e intermediação de valores	13.364	15.149
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾	188.632	163.831
(-) Provisão	(228)	(303)
Créditos Tributários	5.119	8.235
Diversos	<u>6.763</u>	<u>9.911</u>
Total	<u>259.013</u>	<u>213.528</u>

- (1) Referem-se à transação de compras mercantis realizadas por meio de cartão de crédito que podem incorrer em taxa de desconto quando da antecipação de pagamentos aos lojistas. O ganho de tais antecipações é registrado de acordo com a liquidação do contrato na conta de receitas de antecipações de recebíveis (Nota Explicativa nº 8a).

a. Carteira de câmbio

As operações de câmbio são decorrentes das transações com o Banco:

	2017	2016
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar	39.954	5.875
Direitos sobre vendas de câmbio	4.158	11.200
(-) Adiantamento de Moeda Nacional	(532)	(1.818)
Total	<u>43.580</u>	<u>15.257</u>
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	4.217	10.659
Obrigações por compra de câmbio	38.613	6.022
Obrigações por vendas realizadas	-	3
Total	<u>42.830</u>	<u>16.684</u>

a.1 Resultado de operações de câmbio

	2017	2016
Operações a combinar	43	89
Rendas com banqueiros no exterior	12.321	(5.895)
Rendas com disponibilidade no país	35.751	(12.900)
Resultado do câmbio comprado/vendido	1.017	944
Ordem de pagamento a cumprir	15.440	8.703
Despesas com cartão	15	2
Despesas com operações de cheque	-	(2)
Exportações de Ouro	402	197
Rendas de aplicações no exterior	49	-
Total	65.038	(8.862)

b. Créditos tributários a compensar

1. Natureza e origem dos créditos tributários

O Ourinvest apresenta sua natureza e origem dos créditos tributários da seguinte forma:

Natureza e origem dos créditos tributários - 2017

Contas	Banco Ourinvest S.A.	Suppl. ADM de Cartões de Crédito S.A.	Suppl. CIA Sec. de Créd. Fin.	Total
Prejuízo fiscal	-	2.026	646	2.672
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	74	313	387
Ajuste a mercado de derivativos	-	(1)	-	(1)
Provisão para ações judiciais	-	278	-	278
Provisão para outros passivos	-	1.783	-	1.783
Total	-	4.160	959	5.119

Natureza e origem dos créditos tributários - 2016

Contas	Banco Ourinvest S.A.	Suppl. ADM de Cartões de Crédito S.A.	Suppl. CIA Sec. de Créd. Fin.	Total
Prejuízo fiscal	4.672	-	646	5.318
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	106	313	419
Ajuste a mercado de derivativos	-	133	-	133
Provisão "Hedge" - Fluxo de caixa	-	204	-	204
Provisão para ações judiciais	-	109	-	109
Provisão para outros passivos	-	2.052	-	2.052
Total	4.672	2.604	959	8.235

2. Movimentação do crédito tributário e expectativa de realização

Movimentação dos créditos tributários no período - 2017

Contas	Banco Ourinvest S.A.	Suppl. ADM de Cartões de Crédito S.A.	Suppl. CIA Sec. de Créd. Fin.	Total
Saldo no início do período	4.672	2.604	959	8.235
Constituição no período	-	2.997	-	2.997
Reversão / realização no período	(4.672)	(1.441)	-	(6.113)
Saldo no final do semestre	-	4.160	959	5.119

Movimentação dos créditos tributários no período - 2016

Contas	Banco Ourinvest S.A.	Suppl. ADM de Cartões de Crédito S.A.	Suppl. CIA Sec. de Créd. Fin.	Total
Saldo no início do período	4.672	870	959	6.501
Constituição no período	-	1.968	-	1.968
Reversão / realização no período	-	(234)	-	(234)
Saldo no final do semestre	4.672	2.604	959	8.235

3. Realização/constituição do crédito tributário

Período	Aproveitamento de C. Tributário			Valor Presente	
	2017	2016	Dias corridos remanescentes	2017	2016
2016	-	1.691	366	-	(1.690)
2017	2.155	1.004	731	(1.956)	(1.003)
2018	973	698	1.096	(802)	(698)
2019	416	778	1.461	(311)	(777)
2020	468	866	1.827	(318)	(865)
2021	525	959	2.192	(324)	(959)
2022	582	598	2.557	(326)	(598)
2023	-	670	2.922	(2)	(669)
2024	-	752	3.288	-	(751)
2025	-	218	3.653	-	(218)
2026	-	-	4.018	-	-
2027	-	-	4.383	-	-
Total	5.119	8.235		(4.038)	(8.229)

Para descontar os créditos tributários a valor presente foi utilizada a taxa do DI em 30 de junho de 2017 (0,81% a.m.); o valor presente totaliza R\$ 4.038. Foi constituído crédito tributário com alíquotas de CSLL de 15% até setembro de 2015, e 20% até dezembro de 2018. Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras gerado a partir de 1º de setembro de 2015, de 15% para 20%.

10 Outros valores e bens

	2017	2016
Seguros a apropriar	1.790	1.537
Auditoria	241	205
Comissões	18	508
Outros	68	64
Total	2.117	2.314

11 Investimentos

a. Participação em Controlada

O Banco adquiriu a integralidade das ações ordinárias da Omni Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., atualmente Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 25 de março de 2013, que representa 50% do seu capital social, quantidade de 300.010 ações, pelo valor de R\$ 1.362. Essa transação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 8 de novembro de 2013. Como a aprovação pelo Banco Central do Brasil era condição determinante para a transferência das ações, foi apurado o ágio na compra das ações, no valor de R\$ 1.052. O referido ágio está classificado como fundo de comércio, em virtude de ter duração indeterminada do investimento, e será amortizado quando da liquidação do investimento considerando os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do Bacen.

Conforme instrumento de venda e compra e permuta de ações e outras avenças de 26 de junho de 2017, o Banco vendeu a totalidade de suas ações com motivos do embasamento técnico da venda pelo Banco Ourinvest S.A., das ações que detinha na Ourinvest DTVM S.A. o valor considerado na venda foi o valor contábil mais o ágio do investimento com data-base de 31 de maio de 2017 considerado pelo Banco a valor de mercado (valor justo).

O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo os principais dados os seguintes:

	2016
Ourinvest DTVM S.A.	
Cotas/ações	10.000.000
Participação no Capital - %	50,00%
Patrimônio Líquido Ajustado	11.063
Lucro Líquido	2.696
Resultado de Participação em Coligada	1.348
Ágio	1.052
Total de Participação	<u><u>1.052</u></u>

b. Outros investimentos

	2017	2016
Ações e Quotas	200	206
Obras de Arte	12	12
(-) Provisão para Perda em Ações e Quotas	(3)	(22)
Total	<u><u>209</u></u>	<u><u>196</u></u>

12 Imobilizado de uso

	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	2017	2016
				Valor residual	Valor residual
Outras Imobilizações de Uso					
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	1.278	(844)	434	423
Sistemas de Segurança, Comunicações e Transporte	10%	628	(350)	278	295
Sistemas de Processamento de Dados	20%	3.628	(2.765)	863	887
Total		5.534	(3.959)	1.575	1.605

13 Intangível

	Custo	Amortização	2017	2016
			Saldo líquido	Saldo líquido
Licença de Uso - Adquirida até out/13	4.070	(3.372)	698	1.274
Licença de Uso - Adquirida após out/13	831	(363)	468	359
Total	4.901	(3.735)	1.166	1.633

Segregação de aquisição do intangível conforme Carta-Circular nº 3.624 de dezembro de 2013.

14 Depósitos

a. Carteira

	01 a 90 dias	91 a 360 dias	1 a 3 anos	Total 2017	Total 2016
Depósito interfinanceiro	-	-	-	-	1.012
Depósito a prazo – Pré fixado	5	363	10	378	349
Depósito a prazo – Pós fixado	78.766	21.887	157.571	258.224	234.007
Depósito de garantia especial	9.066	-	-	9.066	7.966
Total	87.837	22.250	157.581	267.668	243.334
Parcela a curto prazo				110.087	131.668
Parcela a longo prazo				157.581	111.666

b. Despesas com operações de captação do mercado

	2017	2016
Depósito interfinanceiro	(100)	(179)
Depósito a prazo	(14.526)	(17.460)
Despesas de contribuição FGC	(285)	(235)
Certificado de Operações Estruturadas	(551)	(1.638)
Operações compromissadas	(240)	(158)
Letras de crédito do agronegócio	(4.365)	(1.066)
Letras de crédito imobiliário	(230)	(269)
Letras financeira	(842)	-
Total	(21.139)	(21.005)

15 Obrigações por operações compromissadas

			2017		2016	
			Revenda a	Recompra a	Revenda a	Recompra a
			Liquidar Ativo	Liquidar (Passivo)	Liquidar Ativo	Liquidar (Passivo)
LCI - Venc. jul/2017	98,50%	CDI	403	(402)	582	(579)
LCI - Venc. abr/2017	98,50%	CDI	-	-	61	(61)
LCI - Venc. mai/2017	98,50%	CDI	-	-	416	(415)
LCA - Venc. ago/2016	96,50%	CDI	-	-	93	(92)
LCA - Venc. jan/2017	96,50%	CDI	-	-	53	(53)
CDB - Venc. abril/2021	7,20%	IPCA	1.636	(1.835)	-	-
CDB - Venc. jan/2019	122,00%	CDI	175	(188)	-	-
LC - Venc. fev/2020	117,00%	CDI	761	(801)	-	-
LCA - Venc. jul/2017	97,00%	CDI	109	(108)	-	-
LCA - Venc. jul/2018	92,00%	CDI	317	(314)	-	-
LCA - Venc. jun/2018	94,00%	CDI	124	(122)	-	-
LCI - Venc. abril/2019	94,00%	CDI	831	(822)	-	-
LCI - Venc. abril/2020	95,00%	CDI	328	(323)	-	-
LCI - Venc. ago/2017	88,00%	CDI	1.010	(1.008)	-	-
LCI - Venc. fev/2022	107,00%	CDI	201	(207)	-	-
LCI - Venc. jul/2017	92,75%	CDI	299	(294)	-	-
CDB - Venc. dez/2017	120,00%	CDI	-	-	97	(102)
CDB Banco CDI - Venc. nov/2	115,00%	CDI	-	-	241	(250)
CDB Banco CDI - Venc. nov/2	116,00%	CDI	-	-	543	(566)
LCA - Venc. jun/2018	94,00%	CDI	-	-	548	(540)
LCA - Venc. maio/2017	92,00%	CDI	-	-	170	(169)
LCA - Venc. nov/2016	96,50%	CDI	-	-	5	(5)
LCA - Venc. out/2016	93,00%	CDI	-	-	348	(345)
LCI - Venc. abril/2017	93,75%	CDI	-	-	48	(48)
LCI - Venc. maio/2017	92,00%	CDI	-	-	677	(670)
LCI - Venc. maio/2018	94,00%	CDI	-	-	16	(16)
Total			6.194	(6.424)	3.899	(3.911)

16 Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e similares

Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares				2017	2016
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de Crédito Imobiliário - Pós	3.385	2.570	2.237	8.192	4.023
Letras de Crédito do Agronegócio - Pós	24.135	37.799	-	61.934	25.535
Letra Financeira Subordinada ⁽¹⁾	-	-	12.531	12.531	-
Captação por certificados de operações estruturadas					
Notional	6.728	-	-	6.728	22.164
Custo a apropriar	(73)	-	-	(73)	(773)
Total	34.175	40.369	14.768	89.312	50.949
Parcela a curto prazo				74.544	50.949
Parcela a longo prazo				14.768	-

⁽¹⁾ As letras financeiras subordinadas são caracterizadas por instrumento de captação do Banco, com vencimento em 30 de agosto de 2022, à taxa de 100,00% do CDI.

17 Relações interdependências - Ordens de pagamento

As ordens de pagamento são representadas por remessas financeiras de recursos “do” e “para” o exterior, em moeda estrangeira ou em Reais. Em 30 de junho de 2017, o saldo em ordens no exterior a cumprir contemplava o montante de R\$ 35.468 (2016 - R\$ 2.509).

18 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimo no exterior, em 30 de junho de 2017, referem-se a empréstimo em Dólar no montante de R\$ 5.046 (2016 - R\$ 22.538), com vencimento em junho de 2017, cuja taxa de juros é de 3,23% a.a. (em 2016 de 2,5967% a.a. até 5,09% a.a.). A despesa com juros de empréstimos auferidas em 2017 é de R\$ 1.733 (em 2016 R\$ 3.222).

	2016	2015
Saldo Inicial	22.538	43.996
Novas contratações	25.916	33.171
Atualização	1.345	4.299
MTM	652	(596)
Liquidações	(45.405)	(58.332)
Saldo Final	5.046	22.538

19 Outras obrigações

a. Sociais e estatutárias

	2017	2016
Sociais e Estatutárias	70	1.523

b. Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	2017	2016
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ lucro	10.204	5.838
Impostos e Contribuições a recolher	4.800	3.365
Recurso Especial - Auto de Infração ⁽¹⁾	6.741	-
Programa de Regularização Tributária ⁽²⁾	(1.345)	-
Total	20.400	9.203

(1) Com a promulgação da MP 766/17, o Banco Ourinvest aderiu, no dia 29 de maio de 2017, ao Programa de Regularização Tributária (PRT). O principal benefício deste programa foi o pagamento de 20% do valor da dívida consolidada em espécie e a amortização do saldo remanescente com a utilização do crédito tributário referente ao prejuízo fiscal e saldo negativo de CSLL de sua controladora.

(2) O pagamento dos 20% em espécie previsto na MP 766/17 foi efetuado no dia 31 de maio de 2017.

c. Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores

	2017	2016
Liquidações pendentes ⁽¹⁾	20.991	14.893
Obrigações por empréstimos de ouro ⁽²⁾	36.383	37.503
Operação mercadorias e ativos financeiros a liquidar	453	213
Total	57.827	52.609

(1) Saldo de liquidações pendentes referente às operações de crédito já cedidas e saldo para aquisição de fundos e títulos para os Clientes do Banco.

(2) O empréstimo com vencimento em fevereiro de 2018 no total de R\$ 36.383 (2016 - R\$ 37.502).

d. Outras obrigações - Diversas

	2017	2016
Obrigações para aquisição de bens e direitos	10	15.217
Despesas de pessoal	11.749	9.936
Passivo contingente	918	271
Credores diversos – país	122.586	87.909
Serviços administrativos Suppliercard ⁽¹⁾	2.012	-
Serviços de câmbio	1.192	-
Serviços com transportes e segurança	825	1.662
Outros despesas administrativas	1.909	2.662
Total	141.201	117.657

- (1) O saldo refere-se às compras de operações de crédito via realização pelos clientes que se utilizam dos cartões Suppliercard e que futuramente serão repassados aos estabelecimentos.

20 Contingências

O Banco possui controles e políticas definidas para acompanhamento e gerenciamento dos processos judiciais. Uma vez obtidos os pareceres dos assessores jurídicos, e estimado razoavelmente o valor da perda, o Banco efetua os ajustes necessários para contabilizar os prováveis efeitos adversos dos processos em sua posição financeira. Nos semestres de 2017 e 2016 são representadas algumas ações judiciais com probabilidade de perda provável ou possível, tais como:

	2016				2017
	Saldo Inicial	Entradas	Reversão	Ajuste Selic	Saldo Final
Risco provável					
CDC - Financiamento de Veículos	271	676	(364)	122	705
Outros	-	1.550	(1.338)	-	213
Risco possível					
	2016			2017	
	Saldo Inicial	Entradas	Baixas	Saldo Final	
CDC - Financiamento de Veículos	16	-	-	16	
Cartão de Compra Suppliercard	63	102	-	165	
FII	963	54	-	1.017	
Próprios - Ourinvest	1.130	-	(845)	285	
Total	2.172	156	(845)	1.483	

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - 2017					
	Banco Ourinvest S.A. ⁽¹⁾	Ourinvest DTVM S.A. ⁽¹⁾	Suppl. Adm. de Cartões de Crédito S.A. ⁽²⁾	Suppl. CIA de Crédito S.A. ⁽²⁾	Consolidado
Resultado antes da tributação sobre o lucro	18.642	2.975	(3.894)	18	17.741
Participação no lucro	(526)	(12)	(290)	-	(828)
Juros sobre o capital próprio	(2.700)	-	-	-	(2.700)
Resultado antes do IR e CS do exercício	15.416	2.963	(4.184)	18	14.213
Adições					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.794	-	-	566	2.360
Despesas indedutíveis	250	-	1	-	251
Ajuste ao valor de mercado	471	-	-	-	471
Desp. de provisões com passivos contingentes	208	-	-	-	208
Termo a liquidar	2.751	-	-	-	2.751
Equivalência patrimonial	-	-	491	-	491
Outros	-	-	(1.598)	8	(1.590)
Exclusões					
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(967)	-	-	-	(967)
Resultado de equivalência patrimonial	(559)	-	-	-	(559)
Ajuste ao valor de mercado	-	397	-	-	397
Desp. Com renda variável	(32)	-	-	-	(32)
Ajustes prudencial	-	-	1.079	(492)	587
Total	19.332	3.360	(4.211)	100	18.581
(-) Prejuízo fiscal de períodos anteriores - Limite 30%	-	-	-	-	-
Base de cálculo	19.332	3.360	(4.211)	100	18.581
Imposto de renda (Deduzido incentivos fiscais em 2016 - R\$ 370)	(4.820)	(828)	704	(12)	(4.956)
Contribuição social	(3.867)	(672)	563	(6)	(3.982)

Banco Ourinvest S.A.
*Demonstrações contábeis consolidadas –
 Conglomerado Prudencial em
 30 de junho de 2017 e 2016*

Imposto de renda e contribuição social - 2016					
	Banco Ourinvest S.A. ⁽¹⁾	Ourinvest DTVMS.A. ⁽¹⁾	Suppl. Adm. de Cartões de Crédito S.A. ⁽²⁾	Suppl. CIA de Crédito S.A. ⁽²⁾	Consolidado
Resultado antes da tributação sobre o lucro	6.147	4.820	1.251	(2.314)	9.904
Participação no lucro	(5)	(52)	(142)	-	(199)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-
Resultado antes do IR e CS do exercício	6.142	4.768	1.109	(2.314)	9.705
Adições					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	77	-	49	1.845	1.971
Despesas indedutíveis	79	20	8	-	107
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.977	-	1.977
Outros	-	-	5.933	-	5.933
Exclusões					
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(2.300)	-	-	-	(2.300)
Termo a liquidar	(3.209)	-	-	-	(3.209)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.348)	-	-	-	(1.348)
Provisão renda variável	(69)	-	-	-	(69)
Ajuste ao valor de mercado	(1.011)	(113)	-	-	(1.124)
Despesa de provisão	(40)	-	-	-	-
Total	(1.679)	4.675	9.076	(469)	11.603
Ajustes prudencial	-	-	(566)	337	(229)
(-) Prejuízo fiscal de períodos anteriores - Limite 30%	-	-	-	-	-
Base de cálculo	(1.679)	4.675	8.510	(132)	11.374
Imposto de renda (Deduzido incentivos fiscais em 2016 - R\$ 370)	-	(1.136)	(675)	-	(1.811)
Contribuição social	-	(935)	(444)	-	(1.379)

- (1) Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras gerado a partir de 1º de setembro de 2015, de 15% para 20% e após 2018 de 15%.
- (2) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos acumulados e de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

22 Patrimônio líquido

Controlador

a. Capital

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado estava representado e dividido em 6.824.602 (seis milhões, oitocentas e vinte e quatro mil seiscentas e duas) ações, sendo 3.412.301 (três milhões, quatrocentas e doze mil trezentas e uma) ações ordinárias e 3.412.301 (três milhões, quatrocentas e doze mil trezentas e uma) ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal, por acionistas domiciliados no país.

b. Reservas

- *Reserva legal*

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas do Banco. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do semestre, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do semestre societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. O Banco registra, no encerramento do semestre social, provisão para o montante de dividendo mínimo obrigatório.

Em 30 de junho de 2017, o Banco não destinou dividendos mínimos obrigatórios (2016 - R\$ 1.459).

De acordo com o previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, durante o semestre de 2017, ocorreu uma distribuição de juros sobre o capital próprio de R\$ 2.700 (2016 - não ocorreu distribuição dos juros sobre o capital próprio).

d. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundos de lucros após as destinações legais, será utilizado para absorver os prejuízos acumulados, quando houver, e o saldo remanescente será destinado para futuros investimentos ou distribuição de dividendos.

Participação do não controlador

2017		
Ourinvest DTVM S.A. ⁽¹⁾ Suppl. Adm. de Cartões de Crédito S.A. ⁽²⁾		
Cotas/ações	10.000.000	163.255.761
Participação do não controlador - %	100,00%	100,00%
Patrimônio Líquido	16.994	63.470
Lucro Líquido	1.463	1.463
Ágio *	1.052	-
2016		
Ourinvest DTVM S.A. ⁽¹⁾ Suppl. Adm. de Cartões de Crédito S.A. ⁽²⁾		
Cotas/ações	10.000.000	163.255.761
Participação do não controlador - %	50,00%	100,00%
Patrimônio Líquido	6.816	66.620
Lucro Líquido	-	0
Ágio *	1.052	-

Ourinvest DTVM S.A. ⁽¹⁾

e. Reservas de lucros

O capital social é de R\$ 10.000 (2017-2016) e está representado por 10.000.000 ações, sendo 5.000.167 ON e 4.999.833 PN, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país, com base na ata de assembleia geral extraordinária realizada em 6 de fevereiro de 2014.

f. Reservas de lucros

Reserva legal: constituída à base de 5% sobre o lucro líquido, limitado a 20% do capital social. Outras reservas de lucros: constituída pelo saldo remanescente dos lucros após todas as destinações.

g. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundo de lucros após as destinações legais, será utilizado para absorver os prejuízos acumulados, quando houver, e o saldo remanescente será destinado para futuros investimentos ou distribuição de dividendos.

h. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, deduzido à reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pelo Banco. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais. No semestre de 2017, a distribuidora destinou a título de dividendo mínimo obrigatório de R\$ 70 (2016 - R\$ 128).

i. Juros sobre o capital próprio

De acordo com o previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 e 2016, a distribuidora não destinou juros sobre o capital próprio.

Suppl. Adm. de Cartões de Crédito S.A. ⁽²⁾

j. Reservas de lucros

O capital social é de R\$ 64.738 (2016 - R\$ 61.577) e está representado por 163.255.761 ações, sendo todas as ON.

23 Receitas de prestação de serviços

	2017	2016
Administração de fundo de investimento imobiliário	1.111	1.114
Comissão e colocação títulos	8.631	3.339
Tarifas de tarifas bancárias	7.023	7.350
Corretagens em oper.bolsa/custódia	728	742
Tarifas de operações de câmbio	1.466	931
Total	18.959	13.476

24 Despesa de pessoal

	2017	2016
Remuneração	(2.356)	(20.056)
Encargos	(32.226)	(6.442)
Benefícios	(4.389)	(3.400)
Treinamento	(202)	(81)
Total	(39.173)	(29.979)

25 Outras despesas administrativas

	2017	2016
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(11.446)	(11.795)
Depreciações e amortizações	(644)	(634)
Propaganda, promoções e publicidade	(459)	(315)
Processamento de dados	(1.616)	(996)
Comunicações	(1.340)	(1.177)
Aluguéis	(2.101)	(1.775)
Transportes e viagens	(397)	(473)
Segurança e vigilância	(6.902)	(5.933)
Manutenção e conservação de bens	(234)	(183)
Contribuições filantrópicas	(10)	(21)
Serviços de sistema financeiro	(9.940)	(4.863)
Água, energia e gás	(177)	(168)
Seguros	(2.358)	(1.960)
Outras despesas administrativas	(4.064)	(3.814)
Total	(41.688)	(34.107)

26 Despesas tributárias

	2017	2016
Despesa com ISS	(854)	(595)
Despesa com COFINS	(6.387)	(4.904)
Despesa com PIS	(1.075)	(840)
Tributos estaduais, municipais e federais	(1.014)	(397)
Total	(9.330)	(6.736)

27 Outras receitas operacionais

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	6	149
Variações monetárias	16	264
Distrato comercial	10	2.021
Reversão de outras provisões	24	-
Outros	7	7
Total	63	2.441

28 Outras despesas operacionais

	2017	2016
Desp. Prov. Oper. - B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão	(7)	(21)
Auto de infração ⁽¹⁾	(109)	-
Descontos concedidos - Clientes - Suppliercard ²	(455)	(457)
Passivo contingente	(492)	(11)
Outros	(255)	-
Comissão SWAP ³	-	(3,638)
Total	(1,318)	(4,127)

- (1) Em concordância com a Nota Explicativa nº 18 - fiscais e previdências, valor correspondente à correção do auto de infração, segundo PRT.
- (2) Descontos concedidos aos associados do produto cartão de crédito Suppliercard.
- (3) Comissão garantia SWAP Itaú - Suppliercard.

29 Despesas não operacionais

	2017	2016
Seguro	462	124
Provisão	200	19
Outros	98	99
Total	760	242

30 Limites operacionais - Acordo Basileia

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência mínimo de 9,25% (2016 - 9,875%) mais adicional de Capital Principal de 1,25% (2016 - 0,625%) do Patrimônio Exigido, conforme legislação do Banco Central, objetivando fazer frente aos possíveis riscos inerentes aos negócios, garantindo liquidez ao Banco. A partir de 1º de outubro de 2013, através da Resolução nº 4.192 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração do Risk Weighted Asset (RWA) com base no Patrimônio de Referência, com a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de mercado, risco de crédito e riscos operacionais. Este índice está sendo calculado de forma consolidada.

	2017	2016
Patrimônio de referência	127.781	63.065
Patrimônio de referência exigido	58.117	48.593
Parcela de risco de crédito	32.899	21.082
Parcela de risco de mercado	6.412	16.839
Parcela de risco operacional	18.806	10.672
Total do ativo ponderado pelo risco	628.290	492.085
Índice de Basileia	20,34%	12,82%

31 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 5. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do semestre, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com o Banco e demais empresas do Grupo Ourinvest.

Conforme Nota Explicativa nº 11a, o Banco vendeu as ações para os acionistas da Ourinvest Participações S.A., pelo valor patrimonial (inclusive o ágio do investimento), considerado como sendo valor justo a mercado, conseqüentemente não houve resultado na venda.

Os principais saldos e resultados de transações foram:

		<u>2017</u>	
		Ativos	Receitas
Outros créditos diversos		2.589	781
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Rendas Serv. Remuneração/Movimentação	130	781
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Agenciamento Financeiro	2.459	-
		<u>2016</u>	
		Ativos	Receitas
Outros créditos diversos		120	720
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Rendas Serv. Remuneração/Movimentação	120	720
		<u>2017</u>	
		Ativos	Receitas
		(passivos)	(despesas)
Outras obrigações diversas		3.621	(3.450)
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A.	Crédito/Cobrança	1.609	(3.450)
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A.	Repasse de cobrança	2.012	-
		<u>2016</u>	
		Ativos	Receitas
		(passivos)	(despesas)
Outras obrigações diversas		(5.094)	2.100
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A.	Repasse de cobrança	(1.675)	-
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A.	Crédito/Cobrança	(2.056)	-
Ourinvest FIDC Financeiro - Suppliercard	Repasse de cobrança	(747)	2.100
Ourinvest FIDC Financeiro - Suppliercard	Resultado de cessão	(606)	-
Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros	Repasse de cobrança	(10)	-

Banco Ourinvest S.A.
*Demonstrações contábeis consolidadas –
 Conglomerado Prudencial em
 30 de junho de 2017 e 2016*

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	Ativo	Receita	Ativo	Receita
Depósitos bancários	<u>98</u>	<u>-</u>	<u>121</u>	<u>-</u>
Depósito à vista – Banco Ourinvest S.A	98	-	121	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>10.030</u>	<u>443</u>	<u>7.740</u>	<u>224</u>
CDI pós – Banco Ourinvest S.A.	10.030	443	7.740	224
Títulos e valores mobiliários	<u>2.067</u>	<u>537</u>	<u>2.658</u>	<u>58</u>
CDB Banco CDI – Banco Ourinvest S.A.	1.044	346	1.622	80
Letras de crédito do agronegócio - Pós	718	125	292	14
Letras de crédito Imobiliário	2	20	-	-
COE - Banco Ourinvest S.A.	272	32	6	(38)
Opções de COE - Banco Ourinvest S.A.	31	14	738	2
	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Passivo</u>	<u>Despesa</u>	<u>Passivo</u>	<u>Despesa</u>
Prejuízo com títulos e valores mobiliários	<u>-</u>	<u>(394)</u>	<u>-</u>	<u>(539)</u>
Banco Ourinvest S.A.	-	(394)	-	(539)

Outras partes relacionadas - Pessoal-chave da Administração e seus familiares

A remuneração dos Diretores totalizou R\$ 1.195 (2016 - R\$ 140). O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- (a) Diretores e membros do Conselho Fiscal e semelhantes, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até segundo grau.
- (b) Pessoas físicas e jurídicas que participem com mais de 10% de seu capital social.

32 Administrações de fundos/sociedades de investimentos

O Banco é responsável pela administração de fundos/carteira de investimentos cujo ativo total é o seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo de Investimento Imobiliário Península	3.137.844	2.869.875

33 Outras informações

- (a) Os valores de depositários em custódia, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 1.014.850 (2016 - R\$ 387.104).
- (b) A cobertura de seguros contraídos institui os riscos corporativos (operações, transações e riscos) de R\$ 15.000 (2016 - R\$ 5.000); seguro para operações de crédito oriundas do cartão de compras Supplercard, no total de R\$ 60.997 (2016 - R\$ 31.849), riscos de ocupação (incêndio, danos elétricos, responsabilidades civis) de R\$ 4.487 (2016 - R\$ 4.615) e veículos de R\$ 148 (2016 - 156).
- (c) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários, bem como remuneração baseada em ações.

(d) **Stock options**

Em 1º de abril de 2016, 30 de maio de 2014 e 31 de agosto de 2013, a Companhia outorgou 19.655, 98.275 e 196.550 opções de compra de ação, respectivamente, através do Plano e Programa de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de dezembro de 2012. Os colaboradores outorgados adquirirão direito ao exercício de compra de tais ações apenas e tão somente quando e se a Companhia sofrer uma venda de ações para um não acionista atual (Evento de Liquidez). Neste momento, eles terão direito a receber a diferença entre o preço da venda e o preço da outorga em duas parcelas iguais: a primeira 30 dias após o evento e a outra após 18 meses. Adicionalmente, os outorgados não possuem direito de permanecerem acionistas, ou seja, eles, caso exerçam a opção, obrigatoriamente revenderão as ações exercidas de volta para a Companhia ou para quem os acionistas da Companhia indicar. De acordo com o CPC 10, estimamos um valor justo por tais ações de, aproximadamente, R\$ 4.078 (R\$ 3.900 em 2015). Esse valor poderá variar significativamente de acordo com as premissas de taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade utilizada no modelo de fluxo de caixa descontado utilizado para estimar tal valor. É importante ressaltar que não há neste momento nenhuma previsão de ocorrência de um Evento de Liquidez e por esse motivo não houve registro dessas opções no balanço patrimonial da Companhia.

A Administração classificou o modelo de *stock options* como *cash-settled*, em virtude de a liquidação ocorrer pela diferença entre o preço da venda e o preço da Outorga, e também pela obrigatoriedade de vender as ações após o exercício.

A política de reconhecimento/registo e mensuração do passivo na data do balanço (*recognition and measurement*) é realizada a valor justo das opções outorgadas quando for considerada provável a ocorrência de um evento de liquidez, sendo reavaliado subsequentemente ao valor justo nas datas de balanço.

(e) **Eventos subsequentes**

A Administração fez avaliação a fins de identificar quaisquer eventos que possam impactar as divulgações das demonstrações contábeis consolidadas e esta concluiu que não há eventos a ser reportados.